



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 13 • 01 a 14/07/2005 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Análise:

01/07/2005 - As Eleições no Irãp.01

Numa reviravolta surpreendente, o candidato ultraconservador e atual Prefeito de Teerã, Mahmud Ahmadinejad, venceu no segundo turno das eleições presidenciais do Irã o ex-presidente Akbar Rafsanjani, tido como pragmático e capaz de negociar com o Ocidente. Incluído no “eixo do mal” pelos Estados Unidos e envolvido em uma negociação nuclear com países como Alemanha, Reino Unido e França, o Irã é alvo da atenção mundial, recheada de expectativas políticas e militares.

13/07/2005 - A vitória do "não" nos referendos populares francês e holandêsp.05

Questionam-se quais seriam as causas da rejeição do tratado europeu submetido a referendo popular por parte de franceses e holandeses e o que tal desdobramento parece evidenciar.

14/07/2005 - A Argentina de Kirchnerp.08

Embora as pesquisas de opinião mostrem que o presidente argentino possui amplo apoio da população, as próximas eleições legislativas de outubro se configuram como um plebiscito da sua gestão.

Resenha:

08/07/2005 - Novos desdobramentos na investigação do Programa Petróleo por Comidap.13

Investigadores do Programa Petróleo por Comida decidem reabrir investigações diante de novas suspeitas contra o Secretário-Geral da ONU Kofi Annan.

08/07/2005 - Instabilidade Política na Bolíviap.14

Sob forte pressão popular, o presidente boliviano Carlos Mesa renuncia pela segunda vez e é substituído por Eduardo Rodríguez, Presidente da Suprema Corte.

As Eleições no Irã

Análise
Segurança

Carolina Dantas Nogueira
01 de julho de 2005

Numa reviravolta surpreendente, o candidato ultraconservador e atual Prefeito de Teerã, Mahmud Ahmadinejad, venceu no segundo turno das eleições presidenciais do Irã o ex-presidente Akbar Rafsanjani, tido como pragmático e capaz de negociar com o Ocidente. Incluído no “eixo do mal” pelos Estados Unidos e envolvido em uma negociação nuclear com países como Alemanha, Reino Unido e França, o Irã é alvo da atenção mundial, recheada de expectativas políticas e militares.

A organização política iraniana constantemente atrai uma atenção por parte do sistema internacional e suscita expectativas. Este ano, em especial, a eleição presidencial marcou o início de uma nova fase no país.

Aparentemente uma república parlamentarista, o Irã possui atributos democráticos como, por exemplo, o voto popular. Um olhar mais atento, no entanto, relewa que o país possui um sistema político diferenciado. Além de um Presidente, um Primeiro-ministro e um Parlamento (Assembléia Consultiva Islâmica), existem duas instituições de ordem teocrática: o *Faqih* (Líder Supremo) e o Conselho de Guardiães.

O Líder Supremo atual é o Aiatolá Khamenei e ele é a suprema autoridade no país. É ele o responsável por nomear a metade dos juristas (seis) do Conselho de guardiães, o Juiz-Chefe da Suprema Corte, o Procurador-Geral, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o Comandante do Corpo de Guarda Revolucionária Islâmica, seus representantes pessoais junto ao Conselho Supremo de Defesa e os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica (dentre os indicados pelo Conselho Supremo de

Defesa).

O Conselho de Guardiães opera como uma Câmara revisora da legislação aprovada pela Assembléia Consultiva Islâmica, avaliando se estão de acordo com os princípios islâmicos. Além disso, supervisiona as eleições para Presidente e para a Assembléia.

O Alto Conselho de Justiça é a maior autoridade judiciária do Irã. Supervisionam a nomeação de juizes e recomendam os candidatos a Ministro da Justiça. Aí estão o Juiz-Chefe da Suprema Corte e o Procurador-Geral, ambos escolhidos pelo Líder Supremo, devendo ser clérigos xiitas.

O presidente é eleito pelo povo para um mandato de quatro anos e pode ser reeleito. Sua função básica é garantir o cumprimento da Constituição, além de indicar um Conselho de Ministros e coordenar seu trabalho. Ele deve ser aprovado pela Assembléia para ser efetivado no cargo e a partir daí decidir quais políticas do governo serão submetidas para aprovação no mesmo. Somente se tornam candidatos e concorrem às eleições os nomes aprovados pelo Conselho de Guardiães.

No entanto, mesmo que algum candidato

seja reprovado pelo Conselho, se o Líder Supremo aceitar seu nome ele é incluído na lista dos autorizados a concorrer às eleições. Para vencer as eleições no primeiro turno, o candidato precisa ter 50% dos votos. Caso isso não aconteça ocorre um segundo turno entre os dois candidatos mais votados. Percebe-se como o sistema político iraniano é complexo e provoca diversas expectativas.

Vê-se, portanto, que o *Faqih* detém na prática o monopólio do poder judiciário, controla a câmara revisora com poder de veto, possui enorme influência junto às Forças Armadas e organismos de segurança e supervisiona as eleições para Presidente e para o *Majlis* [Assembléia]. Além disso, está institucionalizada a doutrina do *velayat-e faqih* – literalmente, “governo do supremo jurista religioso” – que afirma que a legitimidade do *faqih* é divina. (Eugênio Diniz, Professor da PUC MINAS)

A importância das eleições neste país reside justamente na possibilidade da formação de um governo controlado pelo Líder Supremo ou um governo pró-democracia. Quando da eleição do presidente Mohammed Khatami em 1997, o quadro político iraniano sofreu uma grande mudança: iniciou-se um processo de modernização institucional do Irã, aquecendo, ainda que timidamente, a economia e melhorando suas relações internacionais.

No entanto, desde a revolução iraniana e a ascensão do radicalismo xiita ao poder pouca dessas mudanças puderam ser efetivamente observadas. Após dois mandatos do Presidente Khatami, as sonhadas reformas não ocorreram. Num país em que a grande maioria do eleitorado é jovem (a partir dos 15 anos de idade já é permitido votar e 70% da população tem até 30 anos), a insatisfação cresce e a busca por novas soluções também. Khatami foi eleito com 90% do eleitorado comparecendo às urnas em 1997, sendo reeleito em 2001 também com grande participação popular (o voto não é obrigatório no país). Todavia este tempo

somente reafirmou que o poder está nas mãos do Aiatolá Khamenei. É ele quem controla efetivamente o país e decide quais reformas e quais medidas serão feitas. Khatami auxiliou a organização de mulheres e trouxe perspectivas para uma juventude até então sem rumo. Mas a recusa, pelos clérigos xiitas, em atender às reformas que o país e seu povo precisam levou a um descontentamento tamanho que pouquíssimos eleitores eram esperados às urnas este ano.

O país possui partidos políticos e grupos de oposição como o Movimento pela Liberdade do Irã, mas como todas as decisões passam pelo Conselho dos Guardiães, esse grupo não consegue aprovação de seus candidatos. Os candidatos Rafsanjani e Mostafa Moin pareciam ser os mais cotados para um segundo turno, mas Rafsanjani disputou o segundo turno com o candidato de Khamenei e atual Prefeito de Teerã, Mahmud Ahmadinejad. Ao contrário do que ocorria, Ahmadinejad não possui muitas posses, defende firmemente o modo de vida tradicional islâmico e foi líder das forças armadas. Sem muita expressão no início das eleições, o ultraconservador venceu Akbar Rafsanjani e é o novo Presidente do Irã.

Não era apontado como favorito em momento algum o que levou à alegação de que as eleições haviam sido fraudulentas, no entanto, nada foi comprovado. Devido à atenção que as eleições deste ano tiveram da mídia internacional, o Conselho declarou que possui capacidade de promover eleições limpas e justas e que não há necessidade da presença de observadores estrangeiros.

Este poder que o Conselho tem é o principal motivo por trás das críticas de entidades de defesa dos direitos humanos, no entanto, a teocracia impera no país e preceitos religiosos estão em primeiro lugar.

A localização geográfica estratégica do Irã, bem como suas reservas petrolíferas, fez

do país o aliado estadunidense na região até a Revolução Xiita de 1979. Mas nos últimos anos o país tem sido designado pelos Estados Unidos como membro do dito “Eixo do Mal”, juntamente com Iraque e Coréia do Norte, e acusado de exportar o terrorismo além de desenvolver tecnologia nuclear (o programa de mísseis iranianos é um dos mais bem sucedidos dentre países em desenvolvimento – ver [A Questão Nuclear no Irã](#)).

O programa nuclear iraniano esteve em destaque na mídia em 2004 e ainda hoje é pauta de grandes negociações e preocupações, principalmente para o chamado UE-3, grupo formado por Inglaterra, Alemanha e França. (ver - [Programa Nuclear Iraniano pode ser levado ao Conselho de Segurança](#)). O país alega que seu programa nuclear é pacífico e visa obtenção de energia, no entanto sua capacidade petrolífera é imensa, o que contradiz esta necessidade apresentada, mostrando que as intenções iranianas podem não ser as alegadas.

No entanto, é pouco provável que o Ocidente esteja disposto a arriscar o fluxo de petróleo do Golfo Pérsico com alguma forma de conflito mais direto, uma vez que poderia aumentar o preço do barril e estagnar a economia mundial. No entanto, a situação é delicada e merece atenção no longo prazo.

Outro fator de cautela do Ocidente é o fato da população ter elegido este novo governo, uma vez que as acusações de fraude não se confirmaram. Isto claramente indica que apóiam a clareza dos preceitos teocráticos, pois as reformas almeçadas nunca vieram por meios ditos democráticos; meios estes largamente defendidos pelos Estados Unidos.

João Fábio Bertonha, Professor da Universidade Estadual de Maringá, argumenta que é muito difícil saber o que se passa no Irã atualmente. A opção nuclear iraniana está, na visão dele, ligada a uma questão de sobrevivência do Estado

e não puramente um objeto de barganha no jogo internacional. Sua posição geográfica é um fator de peso no cálculo de suas ações, uma vez que faz fronteira com diversos países, alguns deles ainda em conflito.

Todavia, um governo iraniano definido mostra qual o real direcionamento de suas políticas e a que veio, facilitando, inclusive, um esboço de expectativas futuras. Em declaração recente, o novo Presidente declarou que o país realmente possui um programa nuclear, está orgulhoso disso e que tem o direito de desenvolver quaisquer armas que lhe convenha. Declarou, ainda, que “uma nova revolução islâmica aconteceu graças ao sangue dos mártires e à revolução de 1384 (o atual ano iraniano) que, se Deus quiser, extirpará a injustiça do mundo”. O presidente eleito disse ainda que “a era da opressão, do regime hegemônico, da tirania e da injustiça terminou”.

O discurso de Ahmadinejad elogia a “pureza” da revolução iraniana e deixa os países ocidentais em uma posição desconfortável. Mesmo com a promessa de Ahmadinejad de um governo moderado, alguns protestos já começam a surgir na mídia. Acusações de que ele seria um terrorista pertencente ao grupo que planejou o ataque à Embaixada dos Estados Unidos em 1979 suscitam cuidados. Na época, cinquenta e duas pessoas ficaram detidas durante 444 dias pelo grupo terrorista. A assessoria do Presidente eleito negou sua participação no ataque à Embaixada em 1979.

A reviravolta nas eleições iranianas com a ascensão ao poder de um candidato ultraconservador, colocando o poder centralizado na mão do Líder Supremo, mais do que surpresa acarreta dúvidas. Dúvidas quanto às atitudes iranianas, dúvidas quanto às negociações nucleares, enfim, dúvidas quanto ao futuro da região, e da política internacional.

Referência

Eugênio Diniz e Domício Proença Júnior.
Segurança e Estudos Estratégicos. IN:
Clóvis Brigagão (Org.). **Estratégias de
Negociações Internacionais.** *Uma visão
Brasileira.* Aeroplano Editora. Centro de
Estudos das Américas. Rio de Janeiro.
2001.

Sites:

[Aljazeera.Net](#)

[BBC](#)

[DW World](#)

[El País](#)

[Estadão](#)

[Folha On-line](#)

[IRNA](#)

[Notícias Terra](#)

[RelNet](#)

[The Australian](#)

[Washington Post](#)

Ver também:

16/06/2005 - [A questão Nuclear no Irã](#)

13/08/2004 - [Programa Nuclear Iraniano
pode ser levado ao Conselho de
Segurança](#)

28/10/2004 - [AIEA adota resolução sobre
programa nuclear Iraniano](#)

A vitória do "não" nos referendos populares francês e holandês

Análise
Integração Regional

Layla Dawood
13 de julho de 2005

Questionam-se quais seriam as causas da rejeição do tratado europeu submetido a referendo popular por parte de franceses e holandeses e o que tal desdobramento parece evidenciar.

Em análise anterior¹, buscou-se apontar possíveis razões para a utilização de referendos populares no intuito de ratificar o documento que ficou conhecido como Constituição Européia — assinado, no âmbito do Conselho Europeu, em junho de 2004 — a despeito do fato de que as Constituições domésticas dos Estados-membros não estabeleçam sua realização como mecanismo de ratificação de tratados internacionais.

Ressaltou-se, à época, o quão inadequada mostrava-se a expressão "Constituição Européia" para designar o documento em questão, apontando motivações de cunho político que explicariam a insistência no suposto equívoco. Alertou-se, ainda, para possíveis conseqüências decorrentes da realização de referendos populares com aquele objetivo, dentre as quais era destacada a própria inviabilização da vigência do tratado, em função da necessidade de ratificação unânime por parte dos Estados signatários. A perspectiva de não-aceitação popular e, por conseguinte, a não-ratificação do

tratado, impunha-se fortemente, em especial, no que se referia à França.

Realizados os referendos populares na França e na Holanda — em 29 de maio e 01 de junho de 2005, respectivamente — o "não" obteve a maioria dos votos em ambos os países, sendo que a porcentagem de votos contrários chegou a 55% na França e 62% na Holanda. Diante desses resultados e do fato de que tais países constituem membros fundadores da União Européia, passou-se a questionar quais seriam as implicações dos recentes desdobramentos para o processo de integração europeu. Não obstante, há que se questionar, contra-intuitivamente, as causas da não-aceitação do tratado por parte dos cidadãos franceses e holandeses, bem como o que esta rejeição evidenciar.

Inicialmente, deve-se ressaltar a insuficiência de debates populares, no que tange ao conteúdo da pretensa constituição: para o que contribuem seu tamanho (cerca de 15 vezes maior que a Constituição dos EUA) e sua linguagem pouco acessível. Particularmente, observou-se uma carência de debates desprovidos de viés ideológico. Personalidades favoráveis ao tratado, em visita a uma cidade holandesa onde, durante a Segunda Guerra Mundial,

¹ "Referendos populares na Europa: ratificação de uma constituição européia?", por Layla Dawood, datado de 08 de abril de 2005.

localizava-se um campo de concentração nazista, chegaram a comparar sua não-ratificação à volta de um ambiente em que um novo holocausto certamente teria lugar.

Por outro lado, identificam-se, ainda, problemas relacionados ao conteúdo do tratado, sendo estes apontados por muitos analistas como possíveis causas do maior número de votos contrários ao mesmo no âmbito dos referendos francês e holandês. Nesse sentido, é necessário que se faça menção às suas deficiências no que concerne à divisão de competências entre um suposto governo central em Bruxelas e os governos nacionais. Estariam previstos no tratado o estabelecimento de uma espécie de competência federal exclusiva e de competências concorrentes entre os governos locais e o central, bem como a consagração do princípio da subsidiariedade (vigente em Estados federativos como o Brasil), que dispõe que o governo central apenas agiria em uma determinada questão ou localidade quando pudesse fazê-lo de modo mais eficiente que o poder local. Tal divisão é tida como vaga e, conseqüentemente, por demais suscetível a conflitos de competência.

Finalmente, atenta-se para a definição de direitos individuais inserida no tratado, o qual não apenas estabelece direitos do indivíduo contra o Estado (protegendo-o de possíveis arbitrariedades e interferências em sua vida privada), mas direitos a serem providos pelo Estado. Ora, mas que Estado?

Se o documento em questão é fruto de um acordo entre Estados soberanos, pertencendo, assim, à classe dos tratados internacionais, não consiste em uma constituição e nem objetiva fundar um Estado Europeu. Restaria, portanto, aos Estados-membros da União Européia (UE) o provimento dos direitos garantidos pelo último tratado constitutivo desta que permanece, predominantemente, com contornos de organização internacional.

Contudo, o problema aí não se exaure. Como conciliar a livre-circulação de pessoas e a obrigatoriedade indiscriminada de provimento de benefícios sociais, econômicos e políticos? Ao que parece, as disposições inseridas no referido tratado acabariam por exacerbar os problemas migratórios característicos do cenário europeu contemporâneo.

Nesse sentido, dentre os poucos momentos de discussão do conteúdo do documento, não sem carga ideológica, foi colocado em questão seu caráter: se liberal ou socialista. Afirmou-se que, na opinião de grande parte dos cidadãos franceses, o tratado não garantiria direitos sociais suficientes, ao passo que, para muitos ingleses, este possuiria um viés socialista, contrário à orientação mais liberal do governo britânico.

No que se refere, especificamente, às motivações holandesas para a não-aprovação do tratado, pesquisas de opinião demonstraram certo ressentimento relativo ao tratamento recebido pela Holanda em comparação aos demais Estados-membros. A exemplo, embora tenha se esforçado no cumprimento das regras orçamentárias comuns, o mesmo comportamento não vem sendo observado por França, Alemanha e Itália. Apontou-se, ainda, a falta de transparência e democracia da burocracia européia, aliada ao seu crescimento acelerado. Ademais, evidenciou-se a preocupação de que a Holanda consiste no maior contribuinte per capita da união, não sendo o membro que possui mais recursos. Por fim, alegou-se que seus poderes de voto seriam diminuídos com a adoção do novo tratado. Sendo assim, há quem afirme que o tratado foi submetido a intenso debate pelos cidadãos holandeses, a despeito da insuficiência de referências midiáticas e acadêmicas sobre o assunto, o que tornaria o "não" na Holanda ainda mais grave, uma vez que seria embasado nos próprios méritos do tratado.

Já quanto à França, embora seja possível atribuir o resultado do referendo popular à insuficiência de debates acerca do conteúdo do tratado ou, contrariamente, às deficiências de conteúdo deste, são identificáveis explicações igualmente convincentes no plano doméstico, a saber: índices econômicos ruins, problemas internos decorrentes do aumento da imigração, receio de perda da identidade nacional e distanciamento dos ideais da classe política em relação às demandas dos cidadãos. Tais circunstâncias, embora não diretamente ligadas ao conteúdo do tratado, acabam resultando no uso do referendo como um veículo popular de comunicação de seu descontentamento.

A título de conclusão, levantadas as possíveis causas da vitória do "não" nos referendos populares de França e Holanda, é interessante observar que tal desdobramento parece ser melhor compreendido menos como determinante no processo de integração europeia, mas como reflexo da realidade atual deste. Fica evidente a inexistência de uma federação europeia, sendo a União Europeia nada mais que um conjunto de acordos internacionais a serviço dos interesses de seus membros.

Referência

[Brookings Institution](#)

[Stratfor](#)

[Tech Central Starion](#)

A Argentina de Kirchner

Análise
Economia e Comércio

Prof. Javier Vadell
14 de julho de 2005

Embora as pesquisas de opinião mostrem que o presidente argentino possui amplo apoio da população, as próximas eleições legislativas de outubro se configuram como um plebiscito da sua gestão.

Em 25 de maio de 2005, cumpriram-se dois anos da ascensão do presidente Néstor Kirchner à presidência da República Argentina após uma profunda convulsão política. Esse acontecimento deu término ao impasse institucional decorrente da crise econômica e política que derrubou, por pressão social e atos de protesto, o ex-presidente da Aliança (do tradicional partido União Cívica Radical e o outros partidos políticos) Fernando de la Rúa. Kirchner ganhou as eleições após a renúncia do ex-presidente Menem a concorrer ao segundo turno, apesar de ter vencido o primeiro turno¹ com 24,36 % dos votos válidos. As pesquisas e projeções indicavam um trunfo de Kirchner de mais de 40 pontos de diferença.

O fato de ser um presidente que assumiu o poder com um pouco mais de 20 % dos votos e a desistência de Menem de participar na segunda volta eleitoral, obrigam o governo Kirchner a avaliar as próximas eleições legislativa de outubro de 2005 como um verdadeiro plebiscito de apoio ou não a seu governo.

Segundo uma pesquisa do *Centro de Estudios de Opinión Pública* (CEOP), e divulgada pelo jornal *Clarín*², o presidente Kirchner acaba seu segundo ano de governo com um amplo apoio da população, 79 % de imagem positiva pessoal e 63,7 % de aprovação ao conjunto da sua gestão presidencial. As áreas de Governo mais elogiadas, segundo a pesquisa, foram: a renegociação da dívida externa, a política econômica em geral e a política externa do país.

Esses três aspectos estão intimamente relacionados à conjuntura política da Argentina dos últimos anos. Após a crise política e econômica de 2001, a renegociação da dívida externa³, logrando um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os credores internacionais, tornou-se prioridade do governo de transição de Duhalde e do governo eleito de Kirchner. Todavia, em 2003 a economia Argentina deu sinais positivos de recuperação, atingindo um crescimento de mais de 8% do PIB (Produto Interno Bruto). Isso fortaleceu Kirchner internamente, fato que ele soube explorar para negociar de uma maneira

¹ Carlos Menem, 24,36 % (Alianza por la Lealtad); Néstor Kirchner, 22% (Alianza frente para la Victoria). Ambos do partido justicialista (peronista). Para ver os resultados completos das eleições ver: <<http://www.terra.com.ar/ctematicos/eleccion/es2003/68/68112.html>>

² Jornal *Clarín*, 22/05/ 2005

³ A moratória da dívida externa foi declarada pelo ex-presidente Rodríguez Saa que sucedeu Antonio de la Rúa e durou menos de um mês no poder. O fugaz mandatário foi sucedido por Eduardo Duhalde.

mais vantajosa com o FMI e com os credores privados colocando grande parte da responsabilidade pela crise argentina nas mãos deles. Em muitas circunstâncias isso se fez apelando a uma retórica populista e de confrontação⁴.

O acadêmico e analista internacional Juan Gabriel Tokatlian aponta algumas mudanças significativas do governo de Néstor Kirchner em relação à política exterior das “relações especiais”⁵ do Governo Menem. Essas transformações estão baseadas em três realidades:

1) A primeira é a percepção da sociedade e do governo do enorme fracasso que significou a política externa das “relações especiais” com os centros de poder político internacional (Washington) e com os centros de poder financeiro, especificamente o FMI e Banco Mundial. O Estado argentino, por uma década, foi visto e mostrado ao mundo pelas instituições financeiras e pelos investidores privados como o aluno exemplar do FMI. Contudo, quando atravessava sua pior crise não obteve ajuda, resgate, apoio ou solidariedade por parte desses centros de poder.

2) O segundo elemento que ajuda a interpretar a mudança, é que, dada a debilidade do mandato Kirchner, o presidente viu-se obrigado a dar claros sinais de assertividade e de determinação.

⁴ Kirchner também sabia que a questão tempo era tão importante para ele, mas talvez muito mais para os credores privados. Argentina mostrava sinais de crescimento e as condições favoráveis da economia mundial favoreciam a entrada de capitais ao país, e o aumento das exportações devido à alta do preço das *commodities*.

⁵ Ou “relações carnisais” com os Estados Unidos, termo cunhado pelo ex-Chanceler argentino Guido Di Tella. Em entrevista ao jornal *Página12*, em 9 de dezembro de 1990, o ex-Chanceler expressou: “Yo quiero tener una relación cordial con Estados Unidos y no queremos un amor platónico. Nosotros queremos un amor carnal com Estados Unidos, nos interesa porque podemos sacar un beneficio”. Na análise, preferiu-se o termo “relações especiais”, utilizado por Corigliano (2003).

Alem disso, o Presidente tem um apelo fortemente pessoal, intempestivo e pouco adepto aos protocolos, o que reforça o caráter personalista do mandato.

3) Um terceiro elemento é a formação política e as características próprias da geração do presidente. “É um filho da geração dos anos 1970, que tem uma visão marcada por um momento histórico de mudança”. Segundo Corigliano (2004), há influência de um passado de peronismo “setentista”, de identificação ideológico-simbólica com regimes reformistas de caráter ideológico anti-imperialista. Essa visão tem elementos nostálgicos, que “procura resgatar em forma simbólica idéias e gestos reformistas próprios da esquerda peronista na que militaram, em sua juventude, o presidente Kirchner e seu Chanceler Rafael Bielsa”.

Assim, Tokatlian afirma que a Argentina tem perdido um enorme poder relativo na política internacional nos últimos 50 anos, e que hoje “carece de falta de instrumentos de influência real no sistema internacional”. O autor salienta que um “excesso de vontade de mudança não acompanhado dos recursos para realizar essa mudança pode acabar em fortes frustrações”. Esse analista afirma que as restrições externas se superam com uma grande estratégia internacional, e que o governo Kirchner carece dessa estratégia. Existem “iniciativas, gestos, pronunciamentos”, porém, não uma estratégia.

Esse analista remarca dois elementos, produtos dessa falta de estratégia: o primeiro é que no governo Kirchner existe uma primazia das condições de política interna para fazer política exterior. E isto está ligado com um segundo elemento, que pode ser uma característica pessoal do presidente. Ou seja, as principais negociações da Argentina com os vizinhos, no âmbito do Mercosul, com o FMI e com os credores privados (através da Chancelaria e do Ministério da Economia) acabam se tornando âmbitos

de ação personalizados na política externa. Independentemente de reconhecer méritos ao governo argentino como a firmeza que mostrou no manejo da moratória, Tokatlian afirma que, em política externa, ou se tende à institucionalização ou à personalização. A conformação de uma estratégia está diretamente vinculada à institucionalização da política externa da Argentina.

Todavia, Tokatlian não consegue observar o sistema internacional atual como um contexto no qual as margens de manobra política são mais amplas para os países em desenvolvimento. Em outros termos, ele não parte do pressuposto de que no sistema unipolar existe a possibilidade para uma maior autonomia periférica – para os países que não estão diretamente envolvidos com as novas ameaças como o terrorismo ou a produção de armas de destruição em massa – do que no sistema bipolar. E, quiçá, maior autonomia que na década inercial dos noventa, onde se apostaram todas as fichas às soluções de livre mercado.

O acadêmico e analista Carlos Escude, consegue entender esses constrangimentos sistêmicos como uma “desordem global” ou como um problema de “crescente ingovernabilidade” da atual ordem mundial unipolar. Escudé também se refere a “caos sistêmico”, fato que tem contribuído para a redução dos custos na confrontação com a potência hegemônica. Inclusive nas negociações do governo Kirchner com o FMI, os Estados Unidos apoiaram a posição Argentina. Como expressa Escudé, “Kirchner foi proclamado o ‘conquistador do FMI’ por um irônico Bush. O elogio não deixa de ser um tiro por elevação contra a burocracia do Fundo”.

A redução dos custos na confrontação com os Estados Unidos se dá devido às mudanças na estrutura política internacional nos anos 90, e não a um hipotético “caos sistêmico”. Além disso,

os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 reforçam essa tendência e a percepção de que a ordem unipolar pode ter longa duração. Nesse sentido, o governo do presidente Néstor Kirchner deparou-se com um quadro complexo, porém extremamente favorável.

- a) Em primeiro lugar, condições estruturais são favoráveis, como foi destacado. No sistema unipolar os Estados não diretamente envolvidos nas “novas” ameaças podem desfrutar de uma maior margem de manobra ou autonomia relativa. Geopoliticamente, essa afirmação também é válida para a região de América Latina, que não está entre as prioridades em matéria de segurança por parte dos Estados Unidos na “Guerra contra o Terror”, mas isso também amparado por um contexto conjuntural extremamente favorável, em relação aos investimentos privados e ao alto preço das commodities.
- b) Em segundo lugar, o contexto internacional é extremamente favorável. Segundo os economistas Moreira Cunha e Ferrari, a conjuntura econômica externa mostrou-se excepcionalmente favorável. Eles mostram, com dados do FMI, que “há um crescimento sincronizado da economia mundial” de 5,1% em 2004, taxa recorde desde 1976. E “no âmbito dos países em desenvolvimento, o crescimento estimado é ainda maior – cerca de 7,2%, taxa mais elevada em 30 anos”. Em relação ao comércio mundial, houve uma expansão. Nessa conjuntura, os preços dos produtos primários (*commodities*) experimentaram uma considerável elevação: produtos como a soja, carne, trigo, milho e o petróleo constituem itens importantes na pauta de exportação argentina. O PIB da Argentina, que tinha caído 20 % entre 1999 e 2002, cresceu 8,7 % em 2003 e 9 % em 2004, com estimativas de crescimento de mais de 8 % em 2005. O

desemprego, ainda elevado, caiu de 17,8 para 13 % aproximadamente. E as taxas recorde de pobreza que atingiram 57,6 % em 2002, caíram para 40,2% no último ano.

- c) Em relação às instituições financeiras internacionais, vale a pena destacar que: assim como a Argentina, na década de 90, era o exemplo a seguir, o *show case*, dos defensores das reformas orientadas para o mercado e das organizações como o FMI e o Banco Mundial, no ano da crise econômica, 2001, o país tornou-se o exemplo paradigmático de colapso das soluções econômicas pró-mercado para uma nação em desenvolvimento. Contudo, e ainda em moratória, o governo argentino nunca deixou de pagar seus compromissos com o FMI. O resultado foi que já cancelou 22% da dívida que a Argentina tinha com o FMI, que passou de 14.346 bilhões em dezembro de 2001 para 11.121 bilhões⁶. A maior parte desses pagamentos foi feita sob a administração Kirchner. Deve-se lembrar que em 2002 o FMI tinha pedido a importantes países endividados, Brasil, Turquia, Argentina e Rússia, para que reduzissem sua “exposição face os créditos”. Sob condições externas favoráveis, todos esses foram diminuindo o endividamento, mas só a Rússia conseguiu cancelá-los completamente.

A percepção da população argentina é que as negociações com os credores privados e com o FMI foram relativamente bem sucedidas. Além disso, a Argentina saiu da incômoda condição de moratória, conseguindo acordos aparentemente mais vantajosos que outros países em desenvolvimento e especialmente que o Brasil na negociação com o FMI. A reestruturação da dívida externa em 2005 com os credores privados e a saída da

moratória foram vistas como um sucesso por grande parte de população. 76 % dos credores privados (aqueles que tinham títulos da dívida externa argentina) concordaram com a proposta de quitação apresentada pelo governo Kirchner.

Na região, as relações com o vizinho, o Brasil, foram colocadas como uma prioridade da política externa do governo de transição de Duhalde e do atual governo de Kirchner. Os vínculos com o Brasil são elevados ao *status* de relações estratégicas, como ferramenta destinada a maximizar a margem de manobra da Argentina em relação aos Estados Unidos. E poderia acrescentar-se: em relação à União Européia, especificamente nas negociações comerciais internacionais, dentro da Organização Mundial de Comércio (OMC), como nas negociações conjuntas dentro do Mercosul. Isso significa que o fortalecimento do Mercosul é uma das prioridades de Kirchner, mas a visão do governo argentino de consolidação de um processo de integração está longe de ser idealista. Dá a impressão de que tanto o Presidente Kirchner, quanto os ministros Lavagna e Bielsa, têm consciência de que o conflito e as ríspidas negociações em torno de interesses conflitantes dos diversos setores afetados no processo de integração, formam parte de um jogo político habitual nas relações bilaterais entre os sócios do Mercosul.

Como foi destacado, a popularidade do governo Kirchner está em alta, apesar dos problemas sociais na Argentina – desemprego, pobreza, etc. – estarem longe de uma solução imediata. No plano interno, Kirchner assumiu o compromisso da defesa dos Direitos Humanos, condenando as atrocidades (matanças, desaparecimento de pessoas e torturas) da última ditadura (1976-1983). Por iniciativa do poder executivo, uma das primeiras leis foi a 25.779, que declarava a nulidade das leis de “Obediência debida” y de “Punto final” de 1987, ainda no governo de Raúl Alfonsín. Essa lei, de duvidosa

⁶ Jornal *Clarín*. 28/06/2005.

constitucionalidade⁷, foi mais uma mostra das posições do governo em relação a um assunto politicamente delicado para os argentinos.

Um passo mais firme nesse sentido foi dado em junho de 2005, quando uma decisão da Corte Suprema argentina declarou a inconstitucionalidade de ambas às leis. Não demorou muito para que o Chefe de Gabinete do Governo Kirchner, Alberto Fernández declarasse que o governo havia sido o “promotor da idéia”. Isso provocou algumas críticas, porém foi percebido como mais um sucesso político do atual governo.

Referência

CORIGLIANO, Francisco “La Dimesión Bilateral de las Relaciones entre Argentina y Estados Unidos durante la Década de 1990: El ingreso al paradigma de las ‘Relaciones Especiales’”. In: ESCUDÉ, Carlos (ed.) **Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina**, parte IV, Tomo XV, GEL, 2003.

CORIGLIANO, Francisco, “La Política Latinoamericana de Kirchner”, Revista Criterio, dez. 2004. Disponível em: <http://www.revistacriterio.com.ar/art_cuerpo.php?numero_id=18&articulo_id=343#> Acesso: 10 de julho de 2005.

ESCUDE, Carlos “A Río revuelto: autonomía periférica en un contexto de desorden global”. Disponible en: <<http://www.geocities.com/CapitolHill/Congress/4359/autonomia.htm>> Acesso o 7 de maio de 2005.

IMF, *World Economic Outlook*. Maio, 2005. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2005/01/index.htm>> Acesso: 6 de julho de 2005

MOFFETT, Matt, “Latin América is Aided by Weak Dollar”. Wall Street Journal, 3 dez, 2004.

MOREIRA CUNHA, André e FERRARI, Andrés, **A Argentina em Dois Tempos: da Conversibilidade à Reestruturação da Dívida**, Trabalho apresentado no X Encontro Nacional de Economia Política, Campinas, SP, junho 2005 (mimeo).

ROHTER, Larry, “Argentine Leader’s Quirks Attract Criticism”. The New York Times, 27 dez 2004.

ZEDILLO, Ernesto, “Argentina or the Principles?”. *Forbes*, vol. 175, num. 11, 23 maio, 2005.

Sites

[Clarín](#)

[La Nación](#)

[Página12](#)

⁷ Ver: “El Congreso no anula, sólo deroga”, entrevista à juíza da Corte Suprema de Justiça da Argentina, jornal Pagina12, 19/06/2005. Acesso: 19/06/2005.

Novos desdobramentos na investigação do Programa Petróleo por Comida

Resenha
Segurança e Comércio

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
08 de julho de 2005

Investigadores do Programa Petróleo por Comida decidem reabrir investigações diante de novas suspeitas contra o Secretário-Geral da ONU Kofi Annan.

O painel das Nações Unidas que investiga a suposta corrupção no Programa Petróleo por Comida (*Oil-for-Food*) do Iraque resolveu retomar as investigações em caráter de urgência diante das novas informações que sugerem o envolvimento do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, na concessão de licitações no programa.

O chamado Comitê de Investigação Independente (CII) tomou tal decisão depois de receber informação sobre uma suposta reunião que teria sido realizada em 1998 entre Annan e o então vice-presidente da empresa suíça Conecta, na qual o secretário geral teria afirmado apoio à empresa na concorrência por licitações no Iraque.

Tal empresa, na qual trabalhava o filho do secretário geral, Kojo Annan, recebeu no mesmo ano de 1998 um contrato de US\$ 10 milhões anuais para supervisionar, através do Programa da ONU Petróleo por Comida, a entrada de mercadorias no Iraque.

Essas novas informações correspondem a um email enviado nesse mesmo ano pelo vice-presidente da Conecta, Michael Wilson, aos proprietários da empresa, no qual Wilson descreve a suposta reunião que teria tido com Kofi Annan para a discussão das aspirações da empresa em

conseguir um contrato com a ONU.

A existência desta reunião contradiz a afirmação do Secretário-Geral de que ele não sabia das intenções da empresa em conseguir o contrato no Iraque, assim como contradiz uma das conclusões da investigação preliminar, na qual foi afirmado não haver evidências suficientes do envolvimento do Secretário-Geral na corrupção do programa.

Referência

[BBC Brasil](#)

[Folha Online](#)

[The Washington Times](#)

Ver também:

03/04/2005 - [Relatórios de investigação sobre o Programa Petróleo por Comida](#)

Instabilidade Política na Bolívia

Resenha
Segurança

Bernardo Hoffman Versieux
08 de julho de 2005

Sob forte pressão popular, o presidente boliviano Carlos Mesa renuncia pela segunda vez e é substituído por Eduardo Rodríguez, Presidente da Suprema Corte.

A Bolívia é marcada por agitações sociais em sua história. Os movimentos sociais surgiram durante a década de 50, mas desde os anos 90 estes ganharam novas proporções. Os movimentos sociais têm sido responsáveis por seguidas instabilidades políticas, bem como pelas quedas de alguns presidentes.

Os movimentos sociais, juntamente com a oposição política, deixaram difícil a governabilidade do governo de Carlos Mesa. Este assumiu o poder em 2003, após fortes turbulências políticas e a deposição Gonzalo Sánchez de Lozada. Mesa era considerado um dos políticos mais aptos do país para lidar com as pressões sociais, isso porque não era da classe política tradicional.

No entanto, Mesa teve dificuldades em lidar com as pressões sociais desde a sua posse. A oposição de esquerda no país é muito forte e detém amplo acesso às massas. Nesse sentido, a articulação da oposição política com as classes produziu uma série de protestos e movimentos que levaram o Presidente à primeira renúncia em março de 2005.

Na verdade, a primeira renúncia mostrou ser uma jogada política para que o Presidente melhorasse sua posição frente à oposição. Tal ação surtiu efeitos, as manifestações cessaram e o governo saiu fortalecido. Porém, estes efeitos foram muito breves e em meados de abril de

2005 os protestos recomeçaram por todo o país.

A demanda mais marcante da oposição política esquerdista é sobre a produção e comercialização do gás natural. A esquerda tem por objetivos políticos a estatização do setor e o aumento das tarifas a serem pagas pelos importadores do produto. Tal pressão colocava o governo Mesa em uma situação complicada, pois o setor energético é o mais lucrativo do país e é o setor que alavanca a economia e, por isso, alvo de tanto interesse pelas partes. O descumprimento dos acordos com outros países deixaria a Bolívia em uma situação delicada frente aos parceiros comerciais e poderia comprometer ainda mais o desenvolvimento econômico, o que, por sua vez, agravaria a situação das classes pobres.

Pela impossibilidade de mudanças repentinas em relação ao gás natural, o governo Mesa se viu mais uma vez cercado por protestos e revoltas populares que levaram a total impossibilidade de governar o país. Juntamente com a oposição esquerdista, outros movimentos sociais se organizaram, com grupos com reivindicação de autonomia e independência.

Os movimentos se diferenciam em setores sociais e também em regiões geográficas do país. Grupos indígenas e de agricultores reivindicam a posse de terras, particularmente na província de Santa

Cruz. Os mineiros, classe responsável pelo surgimento do operariado como classe social na Bolívia, demandam maiores benefícios sociais e são contrários às propostas de privatização da previdência do governo. Há vários movimentos nas montanhas, região localizada no Oeste do país, que protestam contra a elite tradicional do poder político e alguns reivindicam a independência territorial e política do governo central. Os protestos mais violentos estão localizados nas cidades de Cochabamba e El Alto, sendo esta última responsável pelo cerco à capital La Paz. Os movimentos nessas cidades envolvem os setores urbanos pobres, desde associações de bairro até movimentos atrelados aos partidos de esquerda.

Há ainda dois grandes movimentos: o grupo de Evo Morales e a elite de Santa Cruz. Evo Morales é o líder dos plantadores de coca no país, é totalmente contra a participação estadunidense na Bolívia, mantém relações com Hugo Chávez, Presidente da Venezuela e é favorável à nacionalização do setor energético. Seu grupo é responsável pelo fechamento de várias estradas que cruzam o país

Já a elite de Santa Cruz é composta por grandes fazendeiros e agricultores. A província é situada na parte Leste do país e abrange as melhores terras e os maiores recursos naturais e energéticos. Historicamente, os habitantes dessa região se distinguem dos habitantes da região do Planalto e a reivindicação por autonomia não é recente. A importância de tal província para a economia boliviana faz com o movimento exerça cada vez mais pressão sobre o governo central. Os líderes do movimento declararam que vão levar adiante um referendo sobre a autonomia da região em agosto, mesmo se o governo central se opuser.

Nesse quadro de forte pressão e com o isolamento de La Paz pelos manifestantes de El Alto, Carlos Mesa não teve outra

opção senão renunciar pela segunda vez no dia 03 de junho de 2005. Mas a oposição e os manifestantes não se acalmaram até que a presidência fosse assumida por Eduardo Rodríguez no dia 10 de junho.

Como prevê a constituição boliviana, os Presidentes do Congresso e da Câmara tinham preferência na linha de sucessão. Mas um acordo do governo central com a oposição e os manifestantes levou à renúncia de ambos e à ascensão de Eduardo Rodríguez, então Presidente da Suprema Corte.

Eduardo Rodríguez, logo após assumir o cargo, conseguiu negociar com a oposição uma trégua para que se pudesse reordenar o governo central. O cerco à La Paz foi suspenso e as estradas liberadas. Mas há uma forte pressão popular sobre o governo com relação às medidas a serem adotadas no setor energético.

Tendo em vista a delicadeza de qualquer ação no setor energético, pois envolve diretamente a relação do país com seus vizinhos, principalmente o Brasil, Rodríguez tenta evitar tomar decisões precipitadas. Vale ressaltar que a Petrobrás é a maior empresa dentro da Bolívia e sua possível estatização acarretaria fortes entraves diplomáticos com o Brasil.

Durante a crise política, pôde-se notar a queda da produção do gás natural e a conseqüente alta nos preços, o que tem preocupado os países que dependem do gás boliviano. Como forma alternativa de acesso ao recurso energético, há a proposta argentina de criação de um gasoduto do Peru até o Brasil, passando pelo Chile e pela Argentina. Tal medida, apesar dos altos custos, evitaria a dependência desses países do gás boliviano, em função das recorrentes instabilidades políticas do país.

O Brasil tem adotado uma posição cautelosa, mais distante da situação. Os dirigentes brasileiros declararam acreditar em uma resolução pacífica para a crise

política e também na manutenção da democracia no país.

Em resposta, o governo da Bolívia declarou que o acesso ao gás está garantido e que o país irá cumprir com os todos acordos firmados. Mas resta saber se o governo terá o poder político suficiente. Medidas de estatização ou aumento brusco nos impostos irão espantar o investimento externo, que são essenciais para o desenvolvimento econômico do país. Mas a manutenção das políticas econômicas atuais despertará novamente a oposição de esquerda e os movimentos populares, que estão cada vez mais organizados.

Por fim, nota-se que a situação política boliviana é muito frágil. As ações de Eduardo Rodríguez devem ser muito bem articuladas entre os diversos setores políticos, mas principalmente social, pois delas dependem a integridade política e territorial do país.

Referência

[BBC](#)

[Folha de São Paulo](#)

[New York Times](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Martins A. Gontijo; Carolina Dantas Nogueira; Daniel Ferreira Mendes; Jéssica Naime; Layla Dawood; Luciana Corrêa Costa; Sílvia H.G. Canêdo; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>